

# #TÁFALTANDOÁGUA: Cidadania, vigilância civil e a produção de dados independentes<sup>1</sup>

## #TÁFALTANDOÁGUA: citizenship, civilian oversight and the creation of independent data

Márcio Simeone Henriques<sup>2</sup>

Daniel Reis Silva<sup>3</sup>

**Resumo:** O artigo aborda e analisa o aplicativo Tá Faltando Água, que visa gerar dados independentes sobre a crise hídrica paulista a partir de uma lógica de colaboração entre os cidadãos, que compartilhariam informações geolocalizadas sobre a falta de água em suas residências. Posicionando a iniciativa dentro de um fenômeno mais amplo de vigilância civil que ganhou força nos últimos anos, destacamos a questão da desconfiança em relação às informações oficiais, bem como aspectos da crise hídrica. Em seguida, abordamos características da dinâmica de geração de dados independentes e alguns dos entraves e desafios envolvidos em tal processo, especialmente a tensão entre o seu caráter político e utilitário, a mobilização social e a credibilidade das informações geradas.

**Palavras-Chave:** Vigilância civil. Cidadania. Mobilização Social.

**Abstract:** The article discusses and analyzes the Tá Faltando Água app, which aims to generate independent data on São Paulo's water crisis employing a logic of collaboration among citizens, which would share geolocated information on the lack of water in their homes. Placing the initiative within a broader phenomenon of civilian oversight that has gained strength in recent years, we highlight the issue of distrust of official information, as well as aspects of the water issue, features of the dynamic of independent data generation and some of the barriers and challenges involved in such a process, especially the tension between the political and utilitarian characters, the social mobilization and the credibility of the information generated.

**Keywords:** Civilian Oversight. Citizenship. Social mobilization.

---

## 1. Introdução

Lançado em setembro de 2015, o aplicativo Tá Faltando Água traz uma premissa cívica promissora: ser uma plataforma capaz de permitir que os cidadãos registrem a falta de água em suas residências, locais de trabalho e escolas para, a partir da lógica de

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania do XXV Encontro Anual da Compós, na Universidade Federal de Goiás, Goiânia, de 7 a 10 de junho de 2016.

<sup>2</sup> Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG. E-mail: simeone@fafich.ufmg.br.

<sup>3</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG. Mestre em Comunicação Social pela UFMG. Bolsista CAPES. E-mail: daniel.rs@hotmail.com.br.

geolocalização dos usuários, criar um mapa colaborativo que represente em tempo real e de forma independente a evolução da crise hídrica no estado de São Paulo. O aplicativo é uma iniciativa da Aliança pela Água, uma coalização da sociedade civil criada em 2014 e que reúne mais de 60 organizações e movimentos sociais na busca por oferecer contribuições substanciais para a construção da segurança hídrica em São Paulo.

Disponível gratuitamente para os sistemas de telefonia móvel Android e IOS, o aplicativo reuniu 10.593 notificações de falta de água em menos de dois meses de funcionamento<sup>4</sup>. Seus dados foram reunidos e disponibilizados no Relatório de Notificações #TáFaltandoÁgua n.1, publicado em novembro de 2015 e encaminhado para as autoridades competentes. Dentre as informações do relatório estão as regiões mais afetadas pela crise hídrica no município de São Paulo e quais sistemas de fornecimento de água foram responsáveis pelo maior número de ocorrências. Segundo o próprio documento, esses dados constituiriam uma “importante contribuição para o debate e para a tomada de decisão da sociedade civil e de autoridades, pois estão localizados geograficamente e, sobretudo, não são apenas números, mas situações reais de falta de água” (RELATÓRIO, 2015, p.3).

Com características instigantes, o aplicativo surge como uma proposta de experiência cidadã pautada em novas tecnologias, permitindo voz e participação para os públicos no que tange à gestão de água. Mais do que algo pontual, porém, acreditamos que é profícuo encarar a iniciativa a partir do pano de fundo de um fenômeno mais amplo da vigilância civil. Nesse sentido, devemos destacar a proliferação, nos últimos anos, de iniciativas de vigilância civil sobre ações governamentais e de organizações privadas nos mais diversos países do mundo, ações essas potencializadas pelo desenvolvimento da internet e pelas novas possibilidades de colaboração e divulgação de informações trazidas pelas mídias sociais digitais (HENRIQUES & SILVA, 2013; 2014; 2015a; HENRIQUES, 2015). A constituição de um grande número de observatórios e redes de monitoramento civil nos últimos anos, que acabam por colocar os próprios públicos em um primeiro plano na defesa de seus interesses, deram origem a questionamentos diversos sobre o impacto dessa vigilância civil nas dinâmicas das democracias contemporâneas (ROSANVALLON, 2008; KEANE, 2013).

Inserido nesse quadro, o aplicativo surge como um promissor objeto de reflexões, pois enquanto muitas iniciativas de monitoramento operam primariamente a partir da formulação

---

<sup>4</sup> Período entre 10 de setembro e 26 de outubro de 2015. Até 30 de janeiro de 2016, mais de 14.500 notificações foram registradas. Disponível em: <[www.saladecrise.com.br](http://www.saladecrise.com.br)>. Acesso em 30 de janeiro de 2016.

de denúncias acerca de abusos e deslizes do poder público ou corporações privadas (HENRIQUES & SILVA, 2013; 2015b), o Tá Faltando Água apresenta um princípio distinto: ser uma ferramenta de colaboração que visa propiciar a criação de dados independentes sobre a crise hídrica paulista. O cerne de tal premissa apresenta questionamentos importantes sobre aspectos da desconfiança com relação aos dados oficiais, bem como sobre o secretismo e a falta de transparência da Sabesp e do Governo de São Paulo. A análise da iniciativa, nesses termos, pode nos auxiliar na ampliação da reflexão acerca de questões do monitoramento e supervisão da sociedade civil sobre os negócios públicos e privados, sendo relevante empreender uma investigação sobre as características envolvidas no processo de criação de dados independentes – movimento de análise que perpassa o ato de inquirir sobre as premissas de fundo presentes na iniciativa, o funcionamento do aplicativo e os desafios por ele enfrentados, especialmente no que tange ao seu caráter político, à mobilização social e à credibilidade dos dados.

Para tanto, iniciamos o presente artigo com uma breve reflexão sobre o fenômeno da vigilância civil no mundo contemporâneo como forma de expressão da cidadania, explorando algumas de suas características principais e dos questionamentos ao seu redor, com ênfase na ideia da desconfiança. Em seguida, abordamos a crise hídrica em São Paulo, pano de fundo importante para compreendermos as características e objetivos do aplicativo em questão.

O terceiro passo consiste na reflexão sobre o próprio Tá Faltando Água, buscando compreender suas características e funcionamento, bem como os principais desafios encarados pela iniciativa. O embasamento desse movimento parte da análise do seguinte *corpus*: (a) o aplicativo e suas funcionalidades básicas; (b) os discursos proferidos sobre o mesmo pelos seus criadores nos textos de lançamento e apresentação; (c) o Relatório de Notificações #TáFaltandoÁgua; e (d) os comentários e avaliações do aplicativo na loja digital GooglePlay, um dos locais onde o mesmo é distribuído<sup>5</sup>.

## 2. A desconfiança e a vigilância civil

A vigilância civil pode ser entendida como uma prática de públicos menos ou mais organizados que buscam observar atividades de instituições públicas e privadas e os processos de comunicação pública, “de tal forma que possam apontar as suas possíveis

---

<sup>5</sup> O aplicativo conta com 147 avaliações e 40 resenhas na loja GooglePlay, referente ao sistema Android. Dados disponíveis em: <<https://play.google.com/store/apps/details?id=com.artech.porqueparou.dashboard&hl>>. Acesso em 30 de janeiro de 2016.

consequências e as formas como afetam os indivíduos e a sociedade” (HENRIQUES, 2015, p. 207). Nesses termos, faz sentido considerar que as possibilidades advindas do desenvolvimento da internet e de sua promessa de ampliação das interações cívicas sejam fatores importantes para a compreensão desse fenômeno na medida em que trazem uma maior expectativa de autonomia para a atuação dos próprios públicos – apresentando novas formas de coletar e organizar informações, ampliando o acesso ao conhecimento, trazendo novas perspectivas de ação em rede e colaboração, gerando uma maior facilidade de circulação de informações para além dos *media* tradicionais e ampliando a possibilidade de registro e memória de causas (HENRIQUES & SILVA, 2015a).

Potencializadas por novas tecnologias, as iniciativas de monitoramento apresentam configurações diversas no mundo contemporâneo – assumindo a forma de *sites*, perfis e comunidades em redes sociais, *blogues*, *wikis* e outros. Distintas são também as temáticas abordadas por essas ações de monitoramento, variando desde uma atuação mais generalizada e difusa até ações bastantes especializadas, com enfoque em temas específicos (por exemplo, a própria questão hídrica).

O grande número de iniciativas de monitoramento civil instituídas nos últimos anos colocou a questão da vigilância civil na pauta de discussões acadêmicas e políticas, com o fenômeno sendo tratado como um processo complexo e multifacetado ao redor do qual múltiplos questionamentos emergem. Cabe destacar, em especial, as discussões sobre o impacto dessa temática nas dinâmicas democráticas contemporâneas, que tangenciam questões sobre a própria participação política dos cidadãos por meio da internet e de novas formas de associações políticas e representações não partidárias.

As práticas de vigilância civil, nesse sentido, estão no cerne do que Pierre Rosanvallon (2008) nomeia de contrademocracia. Caracterizando esse novo desenvolvimento como uma transformação nas dinâmicas da democracia, o autor observa o surgimento de um grande número de iniciativas que buscam exercer o escrutínio sobre o poder público e que passam a ter uma função de vigilância e *oversight*, formulando novas demandas por transparência acerca da atuação dos oficiais eleitos. Trata-se, assim, de uma forma de “democracia da desconfiança”, que complementaria a “democracia episódica do tradicional sistema eleitoral-representativo. Assim, a contrademocracia é parte de um sistema maior que também inclui as instituições democráticas legais. Ela busca complementar essas instituições” (ROSANVALLON, 2008, p. 8).

Na base desse pensamento está a noção de desconfiança. A desconfiança, em si, não é um fator inédito no ideal democrático. O que é transformativo do contemporâneo na visão do autor, porém, é a extensão da desconfiança, o que permitiria até mesmo sugerir que vivemos em uma sociedade da desconfiança. Nesse contexto, há uma quebra generalizada da confiança dos sujeitos acerca de aspectos científicos, abordada por autores como Ulrich Beck (1992) – e marcada pelo fim do otimismo sobre as inovações tecnológicas e pela perda da certeza científica –, aspectos econômicos, com o mundo caracterizado cada vez mais pela imprevisibilidade financeira e pela especulação, e aspectos sociopolíticos, em especial sobre a corrupção em instituições e partidos políticos. É essa desconfiança que, em conjunto com novas lógicas sociais derivadas da internet e das tecnologias digitais, permite o surgimento de uma contrademocracia.

Rosanvallon lembra que iniciativas que buscam monitorar o poder público, identificar problemas e exercer pressão sobre o Estado em nome do interesse público não são uma novidade, tendo existido com configurações diversas no decorrer dos últimos três séculos. O que interessa observar, porém, é a transformação e expansão dessas iniciativas, até então bastante dependentes dos *media* tradicionais, a partir de uma sociedade da desconfiança (que estende seus receios inclusive aos *media*) e de novas formas políticas e sociais da internet – não só um ambiente que amplia sobremaneira a circulação de opiniões, informações e análises, mas que também acarreta novas dinâmicas de agregação, coordenação, identificação e colaboração entre os sujeitos. O autor sustenta que a internet tem um papel fundamental na realização das funções de monitoramento, denúncias e avaliação – ela não é apenas um instrumento para a vigilância, mas uma forma política e social para a mesma.

A ideia de desconfiança e das novas possibilidades e características das tecnologias digitais de comunicação também estão na base do que John Keane chama de democracia monitoria: “uma nova forma histórica da democracia, uma variedade de políticas e governos pós-eleitorais definidos pelo rápido crescimento de um conjunto de diferentes tipos de mecanismos extraparlamentares de escrutínio do poder” (KEANE, 2013, p.79, tradução nossa). Keane localiza a semente inicial da desconfiança sobre os abusos do poder público em um período após Segunda Guerra Mundial, no qual pensadores e cidadãos dos mais diversos países do mundo passaram a refletir sobre o estado da democracia moderna e o perigo do totalitarismo. Já o outro ingrediente indispensável, a comunicação, se relaciona com o surgimento de sociedades saturadas de práticas multimídias. As estruturas de poder,

nesse sentido, são questionadas por uma multiplicidade de mecanismos de monitoramento “inseridos em uma nova galáxia de mídia definida pelo *ethos* da abundância comunicativa” (KEANE, 2013, p.80).

Interessante observar que essas novas práticas comunicacionais e as iniciativas de vigilância civil contemporâneas acabam incentivando o aumento da desconfiança acerca do poder arbitrário e irresponsável. Ao demonstrar abusos, fazem com que os cidadãos aprendam a necessidade de monitorar esses poderes e representantes. A democracia monitoria, assim, é um novo modelo democrático, no qual o papel das eleições e partidos políticos diminui na medida em que monitores independentes começam a afetar e influenciar as dinâmicas políticas, deixando os representantes eleitos e os interesses privados em estado de alerta pelo constante questionamento das autoridades e do poder.

Como o próprio Keane adverte, porém, não se trata de assumir uma postura ingenuamente otimista de que na era da democracia monitoria os poderes arbitrários estão sobre controle. O monitoramento é marcado por desafios, tensões e embates com diversas outras dinâmicas, inclusive com os poderes instituídos, interesses privados e elementos tradicionais da política e da democracia representativa. Nesse sentido, acreditamos que o ponto crucial a ser compreendido é que a lógica derivada das iniciativas de escrutínio do poder altera e reconfigura as dinâmicas democráticas, sendo fundamental deslocar o olhar para os casos concretos de monitoramento, observando suas características, conflitos e dinâmicas. A própria abundância comunicativa, fundamental na visão do autor para o surgimento dessa nova ideia democrática, estabelece contrapontos e problemas que devem ser enfrentados pelos públicos na tentativa de monitoramento dos abusos contra seus interesses, sendo preciso expandir o conhecimento sobre a forma com que essa abundância afeta as instâncias de monitoramento civil (HENRIQUES & SILVA, 2015a).

Enquanto em outros trabalhos focamos nossas inquietações em iniciativas voltadas para denúncias sobre abusos e deslizes cometidos pelo poder público ou corporações privadas (HENRIQUES & SILVA 2013; 2015a; 2015b), o aplicativo Tá Faltando Água nos permite explorar outra importante vertente que constitui o fenômeno contemporâneo da vigilância civil: a tentativa de geração de dados independentes.

A ideia básica por detrás dessa tentativa é a diminuição de dependência dos sujeitos em relação aos dados oficiais. Tal proposta é perpassada, assim, por um elevado grau de desconfiança acerca da própria isenção das fontes e dos dados oficiais, amplificada pelo

secretismo e pela falta de transparência que, muitas vezes, marca os mesmos. O que entra em jogo é um reconhecimento de que interesses privados podem estar embrenhados naquelas informações divulgadas pelas fontes oficiais ou tradicionalmente legitimadas, estabelecendo entraves significativos para a participação dos cidadãos nas decisões políticas e para a própria vigilância civil – e mesmo os dados técnicos e científicos podem ser distorcidos por questões de poder.

Perante tal desconfiança, muitas vezes os observatórios e iniciativas de monitoramento operam a partir de uma mescla de dados, trazendo para suas análises informações de fontes alternativas para complementar ou confrontar dados oficiais, apresentando pontos de vista distintos sobre uma dada realidade. O aplicativo em questão no presente trabalho, porém, consiste em uma tentativa de ir além dessa mescla e trabalhar com a coleta de dados de uma forma independente. Sua aposta, nesse sentido, é bastante democrática: gerar os dados a partir das informações dos próprios públicos sobre sua realidade imediata, com a lógica da colaboração permitindo aglutinar as mesmas no sentido de construir um arcabouço de conhecimento mais consistente sobre a situação geral da crise hídrica e sobre como as pessoas são afetadas por ela no seu cotidiano.

Tal processo é permeado por desafios e tensões que devem ser problematizados, em especial sobre a mobilização dos públicos, questão acentuada pelo caráter político da iniciativa, e pela própria credibilidade dos dados coletados. Antes de abordarmos em maiores detalhes o aplicativo, porém, é importante apresentar algumas das características sobre o cenário em que ele surgiu, ou seja, a crise hídrica em São Paulo durante os anos de 2014 e 2015.

### **3. A crise hídrica paulista e a necessidade de dados**

O Estado de São Paulo viveu, nos últimos dois anos, uma crise hídrica sem paralelos em sua história. O início da crise remete ao final de 2013 e início do ano seguinte, período em que as chuvas abundantes tradicionalmente abastecem os reservatórios de água. Porém, a chuva desses meses foi menor do que metade do esperado. O grande símbolo da crise é o Sistema Cantareira, um conjunto de represas administrado pela Sabesp que surgiu como resposta para a rápida expansão populacional do município de São Paulo. Abastecendo mais de 8 milhões de usuários, o Cantareira registrou durante aqueles meses o menor nível de entrada de água desde sua criação, na década de 1970.

Nesse cenário de seca, o volume do Cantareira caiu rapidamente. Em julho de 2014, o chamado volume útil do reservatório, que consiste na água que não precisa de bombeamento para ser utilizada, pois flui naturalmente pela diferença de nível, acabou, o que obrigou a Sabesp a recorrer pela primeira vez ao volume morto – parcela de água que fica abaixo do nível atual da comporta. O cenário de falta de água prosseguiu nos meses seguintes, com a segunda cota do volume morto sendo acionada em novembro de 2014. Em fevereiro de 2015, o Sistema Cantareira chegou ao seu menor nível de água, apenas 5% da capacidade total. Flutuando entre 10 e 20% durante o restante de 2015, apenas em janeiro de 2016, com chuvas acima do esperado, o Sistema Cantareira voltou a operar com mais de 30% de sua capacidade.

O contexto da crise serviu de catalisador para que atores diversos da sociedade civil se pusessem a discutir e monitorar aspectos da gestão hídrica que contribuíram com a falta de água, bem como debater medidas para superar o problema e evitar sua repetição no futuro. Nesse caso específico relacionado com a água, entendida como um bem público, dois atores correlacionados surgiram como os principais alvos do monitoramento: o Estado e a concessionária. Essas iniciativas de vigilância apontam para uma imbricação entre interesses públicos e privados, dada a condição institucional da Sabesp, uma empresa de economia mista com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo e Nova Iorque – uma fonte de conflito que envolve o caráter da água como bem público e o problema da exploração do serviço de captação e distribuição da mesma como um negócio.

Um importante ator de monitoramento nesse momento foi o Instituto Socioambiental (ISA), uma organização da sociedade civil que busca atuar em questões sociais e ambientais e que organizou o projeto Água@SP, mapeando propostas para lidar com a crise hídrica e reunindo mais de 30 organizações e 260 especialistas. Foi a partir dessa ação que surgiu a Aliança pela Água, uma “coalização da sociedade civil para contribuir com a construção de segurança hídrica em São Paulo, por meio da coordenação das várias iniciativas já em curso e da potencialização da capacidade da sociedade de debater e executar novas medidas” (ALIANÇA, 2014). Agregando um amplo leque de iniciativas e organizações, incluindo atores globais e de atuação mais generalizada como o Greenpeace e a World Wide Fund (WWF), atores nacionais como o SOS Mata Atlântica e o Instituto Ethos, e atores locais ou mais especializados, como a Associação Águas Claras do Rio Pinheiros e a Rede De Olho

nos Mananciais<sup>6</sup>, a Aliança concentrou grande parte dos esforços de monitoramento e vigilância sobre a crise. Como estratégia de mobilização e difusão de informações, a Aliança estabeleceu uma considerável presença na internet, criando perfis como o “Água, sua linda”, que conquistou mais de 44 mil *likes* no Facebook.

No âmago da proposta apresentada pela Aliança está a necessidade de engajar a população de São Paulo para que a sociedade seja capaz, de posse de conhecimentos e informações concretas sobre a crise, de tomar decisões e estabelecer um pacto pela água. É nesse sentido que emerge uma grande disputa ao redor justamente dos dados e informações sobre o que estaria de fato acontecendo naquela situação. A Aliança, assim como outras iniciativas, assume uma postura contrária à da Sabesp acerca dos motivos que levaram ao momento crítico vivido em São Paulo. Segundo a empresa, o que aconteceu com o Sistema Cantareira é o resultado de um raro evento hidrológico, uma seca atípica durante a estação de chuvas. Para a Aliança e seus vários membros, porém, quatro fatores se combinaram para gerar aquela situação: (1) uma gestão equivocada baseada em fontes inesgotáveis; (2) a degradação dos mananciais e fontes de água; (3) déficit de chuvas e um evento climático extremo; e (4) a falta de transparência e participação na gestão da água como bem público. Tal posição ecoa aspectos do conflito de interesses acerca da exploração comercial da água, e aponta para questões fundamentais do monitoramento sobre a situação: a necessidade de interpretação de dados oficiais e o problema da transparência dos mesmos.

Um primeiro aspecto da queda de braço entre as iniciativas civis de vigilância e a Sabesp está justamente na busca por leituras alternativas sobre os dados liberados pela empresa acerca da relação entre a chuva e os níveis de água nos reservatórios. Há, nesse ponto, uma desconfiança em relação às interpretações da empresa, que isentam a mesma de qualquer responsabilidade – interpretações que foram amplamente ecoadas pelos *media*, que por vezes atuam de forma mais a reproduzir o enquadramento oficial do que verificar outros ângulos e obter outras perspectivas. Algumas iniciativas de vigilância surgiram justamente com o objetivo de auxiliar na compreensão sobre a crise hídrica por meio da produção de novas interpretações – é o caso do Águas Futuras, uma iniciativa dos pesquisadores Renato Mendes Coutinho (UNESP), Roberto André Kraenkel (UNESP) e Paulo Inácio Prado (USP), que se propuseram a utilizar sua expertise em modelagem estatística para, a partir dos dados

---

<sup>6</sup> Uma lista completa de todas as iniciativas e organizações que compõem a coalisão pode ser conferida em: <<http://aguasp.com.br/>>, acesso em 30 de janeiro de 2016.

oficiais da Sabesp, criar modelos que ajudem a descrever e entender a situação do Sistema Cantareira, “contribuindo para o debate público de forma fundamentada e transparente”<sup>7</sup>.

Para além da leitura dos dados oficiais, a transparência das informações liberadas pela Sabesp também se tornou um tópico de grande preocupação. Tal controvérsia ganhou força após uma reportagem da Agência Pública revelar a recusa da Sabesp de fornecer informações sobre os contratos de Demanda Firme assinados com cerca de 500 empresas para o fornecimento de grandes quantias de água (e que garantia descontos de até 40% no valor cobrado pelo serviço) e sobre os locais prioritários que foram ligados à adutora para fornecimento garantido (VIANA, 2015). Ao decretar sigilo do cadastro técnico e operacional por 15 anos, a empresa, na visão das iniciativas civis, burlou a Lei de Acesso de Informações por meio de alegações de “segredo industrial”, “direito à privacidade” e “proteção contra ações terroristas”.

O secretismo da Sabesp aumentou ainda mais a desconfiança das iniciativas civis com relação à empresa e sua atuação, amplificando um dos principais tópicos de controvérsia no decorrer da crise: a existência ou não de um racionamento de água. Desde o início de 2014, cidadãos, em especial residentes na Zona Norte da cidade, apontavam para a falta de água sistemática em suas moradias. O Governo do Estado e a Sabesp, entretanto, afirmavam que não existia um racionamento de água naquele momento e, mais ainda, que o número de reclamações na Sabesp não apresentava nenhuma mudança (SANTIAGO & PIZA, 2014). As acusações de falta de água, porém, se acumulavam nas redes sociais digitais, o que fez com que as iniciativas de monitoramento passassem a tratar o cenário como sendo de “acionamento não declarado” que atingia de forma injusta a parcela mais pobre da população – com os cortes se concentrando nas regiões e bairros economicamente menos favorecidos da cidade. No decorrer da crise, o Governo admitiu, após reiteradas reclamações de movimentos sociais, que a cidade estaria passando por um cenário de restrição hídrica, mas se recusou a formalizar um decreto para oficializar o procedimento, negando ainda que algumas regiões fossem mais atingidas do que outras (SANTIAGO, 2015).

Chega-se, assim, a um ponto de grande tensão na crise hídrica. De um lado, o Governo e a Sabesp se recusam a liberar alguns dados sigilosos e afirmam que não existe um racionamento de água. De outro, iniciativas de monitoramento que questionam aquele

---

<sup>7</sup> Disponível em: < <http://cantareira.github.io/sobre.html>>. Acesso em 30 de janeiro de 2016.

secretismo e não confiam nos dados liberados acerca da não existência de um racionamento injusto, desconfiança amparada pelas constantes denúncias de falta de água por uma expressiva parcela da população. Aqueles movimentos, então, precisam encarar uma situação complexa: o que fazer quando há um elevado grau de desconfiança em relação aos dados divulgados pelas fontes oficiais, mas não existem dados alternativos sistematizados? Como conseguir dados que provem aquela situação de racionamento desigual e que possam ser usados para confrontar as autoridades competentes? Como prosseguir quando o processo de produção desses dados seria extremamente custoso do ponto de vista financeiro, ou mesmo quando as informações estão por detrás de barreiras técnicas aparentemente intransponíveis, não havendo interesse das fontes oficiais de abrirem os mesmos para um processo de produção mais horizontal? E, ainda mais, o que fazer quando muitos dos próprios cidadãos não se dão conta dessa injustiça e apenas acreditam nos dados e na fala oficial?

O aplicativo Tá Faltando Água surge, em sua premissa básica, dessas inquietações, oferecendo um novo caminho para a produção dos dados independentes sobre a falta de água em São Paulo: a colaboração entre os próprios cidadãos. Para além de configurar um processo capaz de empoderar os cidadãos, as informações resultantes do mesmo poderiam embasar denúncias acerca do conflito de interesses sobre a exploração comercial de um bem público e trazer uma maior demanda por *accountability*. Não se trata, porém, de uma proposta simples e desprovida de desafios, alguns dos quais exploramos na próxima sessão.

#### **4. Tá Faltando Água: mobilização social e credibilidade**

A funcionalidade básica do Tá Faltando Água consiste na possibilidade dos cidadãos apontarem para situações de escassez de água em seu cotidiano. O aplicativo oferece quatro opções para seus usuários: “Falta água aqui”, “Mapa daqui”, “Falta água em outro local”, “Mapa da cidade”. Ao registrar a falta de água, o usuário cria uma notificação que pode ser visualizada por todos que utilizam o aplicativo – assim, um cidadão pode notar se a falta de água em sua residência atinge seus vizinhos ou regiões próximas, ocasionando, segundo os criadores da iniciativa, maiores oportunidades de troca de experiências entre os sujeitos sobre maneiras de enfrentar e superar aquela crise. A metodologia envolvida no aplicativo consiste, assim, na ideia de uma coleta de dados espontânea, na qual são compartilhados aspectos da geolocalização dos usuários, com as informações coletadas registradas em um relatório

disponibilizado para o público e enviado para diferentes órgãos governamentais (até o momento, um número do relatório foi compilado).

O Tá Faltando Água emprega uma lógica similar àquela popularizada pelo Waze, aplicativo israelense que parte do compartilhamento de dados da geolocalização dos usuários para criar uma ferramenta de navegação de trânsito capaz de apontar congestionamentos e calcular as melhores rotas para os motoristas. O apelo central do Waze reside justamente no aspecto de colaboração entre os usuários para superar, ou mitigar, os problemas do trânsito no mundo contemporâneo – o que se reflete em seu slogan, “*outsmarting traffic, together*”<sup>8</sup>.

No âmago de dessas iniciativas está a materialização de um dos principais valores associados com a internet: a ideia de colaboração (BENKLER, 2011; SHIRKY, 2012; LIMA, 2013). Como Shirky (2012) aponta, as novas possibilidades derivadas das tecnologias digitais facilitam cada vez mais a ação coletiva, permitindo que os sujeitos se organizem de forma mais rápida e democrática para trabalhar o seu excedente cognitivo. Trata-se de uma verdadeira cultura da colaboração e da participação, em que os sujeitos são chamados a todo o momento para atuar em conjunto para resolver problemas e criar novas experiências.

A lógica do compartilhamento de dados por meio da geolocalização chama a atenção, no caso do Tá Faltando Água, para a possibilidade de instituir uma forma mais autônoma e independente de coleta de informações que poderiam, em última medida, contrapor ou complementar os dados oficiais. A própria ação conjunta dos cidadãos, compartilhando conhecimentos sobre uma realidade imediata, quebraria barreiras que dificultam a criação de dados alternativos em certas situações. Trata-se de uma solução louvável, dotada de grande significação política e cidadã. Porém, não podemos nos abster de observar como desafios surgem e devem ser encarados para que algumas das potencialidades de iniciativas similares se materializem. A partir de uma análise do caso em questão podemos observar quatro pontos que ajudam a compreender o processo colaborativo de criação de dados independentes: a mobilização dos sujeitos, a autonomia dos atores, a forma de coleta e a credibilidade dos dados.

O primeiro desses é mobilização, um aspecto intimamente ligado com o sucesso da proposta de uma iniciativa como o Tá Faltando Água, que depende da colaboração de um grande número de pessoas. O funcionamento do aplicativo está ligado com o engajamento e a ação dos sujeitos, que devem tanto baixar o mesmo quanto compartilharem situações de falta

---

<sup>8</sup> “Sendo mais espertos do que o trânsito, juntos”.

de água – e quanto mais pessoas participarem, mais completa é a figura resultante das informações coletadas. Os criadores da iniciativa compreendem essa necessidade, fazendo apelos para que as pessoas compartilhem informações em redes sociais e chegando a pedir na página do aplicativo para que os usuários convidem amigos para baixarem o mesmo e marcarem pelo menos 3 locais que estão sem abastecimento.

No que tange ao Tá Faltando Água, porém, um desafio para manter a mobilização dos sujeitos surge justamente do caráter político da proposta. Enquanto exemplos como o Waze possuem uma acentuada dimensão utilitária, o Tá Faltando Água prima por seu caráter político, pois os dados coletados pelo mesmo possuem pouco impacto imediato na vida dos cidadãos, porém grande significado quando agregados, podendo ampliar a compreensão sobre a situação e fomentar entendimentos e debates futuros.

O caráter utilitário de um aplicativo como o Waze é de grande importância para promover a participação e o engajamento dos usuários – ao abrir o programa para descobrir qual rota será mais rápida em um certo momento (um benefício imediato) o sujeito colabora com informações geolocalizadas que tornam ainda mais apurados os dados sobre o trânsito para todos. Há uma recompensa imediata para a participação, com os dados coletados gerando referências importantes para a vida cotidiana das pessoas, que se apropriam das informações para compreender onde estão os problemas do trânsito naquele instante. Essa ênfase em uma utilidade imediata não significa, entretanto, que os dados gerados pelo aplicativo não possuem impacto político: o agregado dos dados é uma consequência natural do engajamento a partir da utilidade imediata, e cada vez mais o Waze firma parcerias com governos para repassar dados importantes para o planejamento urbano (UNGERLEIGER, 2015). Já no caso do Tá Faltando Água, o impacto cotidiano da ação do usuário é pequeno. O aplicativo não comunica a ocorrência de imediato aos órgãos competente, e em nada afeta o reabastecimento de água. O que está em jogo no aplicativo é o conjunto das informações, a possibilidade de coleta de dados alternativos e independentes dos fornecidos pela Sabesp que permitam confrontar a visão oficial e expor problemas sociais sobre a falta de água.

A tensão entre as dimensões políticas e utilitárias do caso pode ser observada nas avaliações do aplicativo na loja GooglePlay. Por um lado, alguns usuários elogiam justamente a função política, observando a importância daquela iniciativa. Um comentário, por exemplo, afirma que o aplicativo é “conscientizador”, para em seguida dizer que “é interessante ter um mapa para divulgar aonde está faltando água, espero que as informações

remetidas possam ser divulgadas na imprensa”<sup>9</sup>. Outros apontam como os dados independentes coletados podem ser de grande valia para contrapor aos oficiais: “Ótimo. Chega de acreditar em estatísticas do governo”; “Muito bom. Quem sabe o incompetente governador de SP para de mentir sobre falta de água”. A questão daquelas informações comprovarem uma situação que era negada oficialmente ganhou força em outros comentários, que afirmam que “quem sabe agora acreditam que falta água em São Paulo” e “muito bom para as pessoas saberem que está tendo racionamento”. Há uma ideia de que o aplicativo possui um potencial de conscientizar as pessoas sobre aspectos de um problema real que as afeta.

Por outro, as principais críticas recebidas pelo aplicativo estão relacionadas com o fato dos usuários não perceberem a utilidade mais imediata da proposta. Um comentário nesse sentido afirma que o Tá Faltando Água “serve para nada”, pois ele “não atualiza sobre a falta de água. Você notifica sobre a falta de água e nos outros dias a notificação continua lá, sendo que a água já voltou e já faltou novamente. Informação inútil, todos sabemos que falta água na cidade inteira”. Enquanto alguns usuários questionam a utilidade do aplicativo como um todo – “parece que não notifica a falta de água à Sabesp. Então, para que serve? Só para pesquisa?” – outros apontam para como as informações fornecidas são incompletas e de pouca serventia – “falta data e hora da notificação, bem como se já foi restabelecida e quando” e “[aplicativo] pouco descritivo, deveria mostrar a média de tempo sem água por região”. Interessante notar, ainda, que promessas relacionadas com a dimensão utilitária mais cotidiana foram grandes chamarizes da divulgação do aplicativo na mídia. Uma reportagem do Bom Dia Brasil, por exemplo, afirmava que o Tá Faltando Água permitiria saber onde e quando está faltando água<sup>10</sup> – o que não é uma realidade para os usuários, já que informações de horário e duração da falta de água não são mostradas. Ao salientar a utilidade do aplicativo para a vida cotidiana, a imprensa talvez tenha gerado expectativas que se manifestaram em alguns dos comentários negativos abordados acima.

Para além da questão da mobilização, um segundo ponto a ser destacado na ideia de criação colaborativa de dados está relacionado com a autonomia dos sujeitos mobilizados. O que entra em jogo, assim, é o questionamento sobre se os dados que a iniciativa solicita

---

<sup>9</sup> Optamos por ocultar os autores dos comentários citados.

<sup>10</sup> Disponível em: < <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2015/09/lancado-aplicativo-que-informa-onde-esta-faltando-agua-em-tempo-real.html>>. Acesso em 30 de janeiro de 2016.

podem ser coletados de forma autônoma pelos sujeitos, se aquela é uma informação que eles podem prestar – e mesmo, em tese, que eles podem saber. No caso do Tá Faltando Água, a informação a ser compartilhada é prática, de cunho empírico e restrita à própria experiência do sujeito. A questão toda é se falta água na residência das pessoas ou nos locais em que elas estão, e não se falta água na sua região ou em outros locais restritos – o que permite ao sujeito mobilizado um grau elevado de autonomia em sua participação na iniciativa. Trata-se, assim, de mobilizar as pessoas em uma lógica de ação dentro de seu próprio campo de atuação.

O terceiro ponto está relacionado com a forma de coleta de informações. Uma iniciativa que depende da participação de um amplo número de sujeitos para funcionar deve solicitar dados que possam ser coletados por cidadãos desprovidos de conhecimentos mais especializados. Ou seja, informações relativas ao cotidiano, facilmente detectáveis, acessíveis e inteligíveis. Não é descabido o raciocínio de que quanto mais especializados forem os dados solicitados, precisando de conhecimentos específicos, potencialmente menor será o número de pessoas contribuindo com informações. Enquanto é possível formar redes de colaboração entre especialistas, que possuem estruturas para coletar dados complexos, uma iniciativa que busca ser abastecida pelo maior volume de dados possível deve prezar pela facilidade de colaboração – e esse é um dos principais argumentos a favor da utilização das novas tecnologias digitais de comunicação, que, como Shirky aponta, tem inegavelmente o potencial de facilitar esse aspecto.

No caso Waze, a contribuição não está atrelada às noções sobre padrões de trânsito, velocidade média em dado período ou mesmo o tamanho de um congestionamento. De forma semelhante, o Tá Faltando Água não solicita informações sobre a pressão da água nas residências, mas apenas algo simples: se falta água ou não (alertando de que é possível que a caixa de água de uma residência esteja cheia e mesmo assim falte água. Nesse caso, o aplicativo sugere que a pessoa “descubra” o horário em que a residência é abastecida para checar se há falta de água – mesmo assim, um conhecimento mais imediato sobre a própria realidade dos sujeitos). A simplicidade dos dados solicitados pelo aplicativo, porém, sacrifica a completude das informações. O usuário não aponta o fim daquela situação, ou seja, o momento em que o abastecimento é restabelecido, um dado que permitiria concretizar a ideia divulgada pela imprensa de conhecer “quando e onde” falta água na cidade. Não há, ainda, instruções sobre o período de tempo que a pessoa deve aguardar para fazer uma nova

notificação. Se uma residência ficar sem água durante todo o dia, o usuário deveria notificar apenas uma vez? E se no mesmo dia o abastecimento de água tiver sido inconstante, o sujeito deveria notificar várias vezes aquela falta?

O último ponto a tratar versa sobre os resultados do processo da geração colaborativa de dados: a confiabilidade dos mesmos. Uma vez criadas, como podemos acreditar naquelas informações, como disponibilizá-las de forma que as pessoas tenham a crença de que eles são confiáveis?

Tal questionamento é relevante quando observada a diferença crucial entre os dados produzidos por tal método e aqueles entendidos como oficiais, ou mesmo alternativos, quando produzidos pela imprensa ou por especialistas: falta, nos primeiros, o suporte de um sistema perito capaz de conferir uma base de credibilidade para tais informações. A crença em um sistema perito é um elemento importante da credibilidade de fundo das informações apresentadas, mesmo em um cenário de uma sociedade da desconfiança. Sustentando tal crença está a existência não apenas de uma expertise pelos autores daqueles dados, mas de todo um sistema de suporte que inclui códigos de conduta, procedimentos aprovados, verificações e prestações de conta – se não para a sociedade, pelo menos para os próprios pares (especialmente em casos científicos) ou órgãos de controle. Evidentemente é possível questionar esses dados, mas algo dessa crença permanece socialmente difundida, fazendo com que aquelas informações tenham certa credibilidade primária.

Desprovidos do suporte desses sistemas peritos, os dados independentes originados de processos colaborativos buscam sua base de credibilidade em outro terreno: na própria ideia de colaboração entre um grande número de sujeitos. No lugar da expertise e dos procedimentos científicos, o que ganha destaque é a questão dos interesses em voga. Perante um grande número de participantes, os interesses privados individuais se tornam extremamente diluídos e incapazes de interferir nos rumos do processo, dando origem a uma ideia de que tais dados são sustentados apenas pelo genuíno interesse público. Aquelas informações não estariam mais reféns de interesses governamentais, de grandes corporações ou mesmo de cientistas, elas têm origem nos públicos, no sentido clássico cunhado por John Dewey (1954), e por isso tem uma base de credibilidade (e, para alguns, uma “pureza”, já que não contaminadas pelos interesses privados e do capital, o que é, obviamente, bastante discutível).

O ideal de colaboração e o número de sujeitos participando daquele processo conferem uma base de credibilidade para os dados resultantes, mas não é possível contar apenas com esses fatores para determinar a confiabilidade das informações. A construção da credibilidade é de grande importância, e podemos destacar dois vetores de tal processo. O primeiro é a transparência em relação à iniciativa e ao procedimento. Quanto mais o público entende o que está acontecendo e quem está por detrás de uma iniciativa, maior é a confiança naquele processo. É preciso deixar claro como a coleta ocorre, o que acontece com aqueles dados, qual o objetivo da proposta – e o *site* do Tá Faltando Água atua com veemência nesse sentido, disponibilizando e destacando essas informações. Em última instância, a transparência pode atuar como um importante elemento para potencializar uma ideia da ausência de interesses privados naqueles dados. A transparência sobre quem está por detrás da iniciativa pode, ainda, apontar para alguma forma de perícia e expertise que contribui para a credibilidade daquelas informações – mesmo que os dados sejam independentes, o fato de que quem está organizando a coleta e apresentando uma interpretação dos mesmos tenha uma boa reputação é importante para a confiabilidade dos resultados.

Um segundo vetor consiste na possibilidade de verificação e falseabilidade dos dados coletados. Aqui temos um ponto nevrálgico da construção da credibilidade em processos de criação colaborativa de dados: como as informações advindas simultaneamente de um sem número de fontes anônimas podem ser verificadas? Esse é um problema que se apresenta em todas as iniciativas dessa modalidade, e sobre o qual o Tá Faltando Água não oferece solução. Não há no aplicativo nenhum mecanismo de verificação das notificações dos usuários, algo que compromete profundamente a credibilidade dos dados. Desprovidos da possibilidade de verificar os dados, os sujeitos são interpelados a simplesmente acreditarem naquelas informações.

Outras iniciativas, porém, tem trabalhado soluções para essa questão. O Waze, por exemplo, busca amenizar o problema por meio da própria dinâmica de colaboração. No caso, o aplicativo convida os usuários a não apenas prestarem informações, mas também atuarem na confirmação dos *inputs* de outros indivíduos. Se um usuário assinala a existência de um acidente em certa rodovia, os outros são chamados a, ao passar pelo local, confirmarem ou negarem aquela ocorrência – e, para incentivar tal comportamento, ganham pontos dentro de um *game* interno ao aplicativo, que permite aos usuários subirem de nível, liberando novos ícones para o Waze e outras bonificações. Nesse caso, observamos a existência de

mecanismos de verificação coerentes com a proposta de colaboração que minimizam a possibilidade de falhas humanas (marcações acidentais, ou mesmo propositalmente equivocadas) distorcerem os dados gerados.

## 5. Considerações finais

A análise do Tá Faltando Água nos permitiu explorar aspectos envolvidos na geração colaborativa de dados independentes. Em primeiro lugar, destacamos a questão da mobilização dos sujeitos: para que essa iniciativa tenha êxito, é preciso trabalhar o engajamento das pessoas, que devem se dispor a participar e contribuir com a coleta e com suas experiências. Nesse quesito, a existência de uma dimensão utilitária de impacto mais imediato no cotidiano dos sujeitos pode ser um importante fator de engajamento, fazendo com que eles colaborem mais constantemente.

O caso do Tá Faltando Água, porém, revela uma ênfase no caráter político em detrimento de uma dimensão utilitária cotidiana. A importância dos dados coletados não está no impacto imediato, mas sim em desenvolvimentos posteriores da questão hídrica – algo que pode instituir entraves significativos para que a iniciativa mobilize os sujeitos. Para além da mobilização, observamos também a necessidade de autonomia dos atores envolvidos e da simplicidade da forma de coleta, aspectos de grande importância para que a colaboração entre os cidadãos nesse caso efetivamente ocorra – e que podem, inclusive, contribuir com a incompletude dos dados.

O quarto ponto a ser levado em consideração é a credibilidade dos dados gerados por essas iniciativas. Desprovidas da sustentação de um sistema perito, elas encontram na própria colaboração um ponto importante de sua confiabilidade. Porém, a credibilidade não pode ser simplesmente presumida apenas pelo ideal colaborativo, ela deve ser construída também por meio da transparência e da possibilidade de verificação dos dados. Nesse último ponto, observamos uma lacuna de mecanismos capazes de verificar os dados coletados no caso do Tá Faltando Água, o que joga sombras sobre a confiabilidade dos mesmos. Isso se torna ainda mais grave justamente pelo caráter político da iniciativa, que pressupõe a geração de dados capazes de complementar as informações oficiais, gerando denúncias. É questionável se aqueles dados possuem força suficiente para serem contrapostos às informações oficiais, mas não é possível ignorar a possibilidade de os mesmos demonstrarem novas facetas e elementos àquela situação.

Apesar dos problemas de credibilidade dos dados gerados pelo aplicativo, não podemos simplesmente desconsiderar a importância da iniciativa. A aposta em seu caráter político traz contribuições para a cidadania, e destacamos três aspectos importantes.

O primeiro está relacionado com a própria visão crítica dos cidadãos sobre a realidade que os cerca. Nesse sentido, a convocação dos sujeitos para a participação em um processo de geração de dados independentes pode fazer com que as pessoas tomem consciência de facetas importantes da questão hídrica, inclusive sobre tensões entre interesses públicos e privados e a exploração econômica da água. Há, naquele aplicativo, um caráter crítico de denúncia refletido no próprio nome da iniciativa, sendo que a ação do usuário de notificar uma falta de água já é, em si, uma tentativa de apontar para algo que de outra maneira não aparecia. Mais ainda, ao incentivar a colaboração entre os sujeitos há uma busca de salientar o caráter público do problema, bem como de promover conversações sobre o tema, ampliando o alcance daquela questão e evidenciando novos aspectos sobre a mesma. No pano de fundo do aplicativo encontra-se, assim, um convite para a reflexão sobre a gestão hídrica, ponto central para os movimentos civis de monitoramento perante aquele momento crítico – assim, podemos entender que aquela iniciativa não é apenas dependente de uma mobilização, mas também um estímulo à mobilização, à coletivização do problema e ao envolvimento de outros públicos.

Uma segunda contribuição importante da iniciativa está relacionada com a própria desconfiança dos sujeitos em relação aos discursos oficiais. Ao promover um processo de produção de dados independentes, o Tá Faltando Água joga luzes sobre os problemas dos dados oficiais, como o secretismo e a incompletude, questionando ações do Governo e da Sabesp. Ao apontar a necessidade de dados alternativos, e ao divulgar os mesmos salientando as diferenças com os dados oficiais, o aplicativo incita a desconfiança em relação a esses discursos e aos interesses por detrás deles, potencialmente diminuindo a ingenuidade dos cidadãos perante conflitos que permeiam seu cotidiano.

Um terceiro ponto está relacionado com a sensação de que os cidadãos podem vigiar uma situação e tomar conta dos assuntos importantes relativos às suas vidas. Há, aqui, dois aspectos a serem considerados. Por um lado, tal ação pode gerar um empoderamento dos próprios cidadãos, na medida em que esses se reconhecem como agentes capazes de exercerem uma vigilância sobre temas que afetam suas vidas, mas perante os quais eles até então pareciam impotentes. Esse reconhecimento pode afetar tanto o sujeito que colabora

com o aplicativo, e que passa a ver sua ação com um renovado caráter político, como aqueles que entram em contato com a iniciativa por meio dos dados resultantes da mesma – dados estes que demonstram alguma forma de controle social possível sobre o tema e apontam que outros cidadãos também podem participar daquele processo e de outros análogos.

Um outro lado da questão se refere à percepção das instituições, no caso o Governo do Estado e a Sabesp, de que estão sendo vigiadas pelos cidadãos. Ainda que essas instituições ataquem a fragilidade dos dados decorrentes daquela iniciativa, o reconhecimento de que há um movimento voltado para o monitoramento de suas ações potencializa mudanças comportamentais – um princípio análogo à percepção de que um sujeito, ao notar que suas ações são vigiadas, altera as mesmas. Enquanto isso não significa, por si só, que aquelas instituições passarão a agir de maneira mais transparente e ética (ao contrário, é possível que a reação das mesmas seja esconder ainda mais seus deslizes e se tornarem mais cínicas), esse reconhecimento de demanda por *accountability* pode vir a inibir determinadas ações, sendo importantes esforços de pesquisa subsequentes para compreender melhor quais alterações de fato ocorrem.

Por fim, é importante ainda salientar outro desafio encarado especificamente pelo Tá Faltando Água e pelas iniciativas civis de monitoramento sobre a temática hídrica: a temporalidade. O aplicativo, nesse caso, lida com um momento crítico, uma situação circunstancial para a qual há uma expectativa de normalização – o reabastecimento. A chuva e o crescimento do volume dos reservatórios alteram a percepção sobre a crise hídrica, que deixa de ser prioritária para os cidadãos e sai da ordem do dia. Ainda que os problemas de fundo permaneçam, há uma ameaça à continuidade da colaboração naquela iniciativa, uma barreira para a mobilização de curso mais longo acerca das questões hídricas. Apesar disso, a ação pontual, no caso do aplicativo, é uma oportunidade importante para estimular a vigilância dos cidadãos e de envolvê-los nas questões mais amplas, dando origem a públicos capazes de uma atenção maior a essa temática.

## Referências

- ALIANÇA pela Água de São Paulo – Carta da Aliança. **Aliança pela Água**. Publicada em 2014. Disponível em: <[http://aguasp.com.br/app/uploads/2014/11/Alianca\\_pela\\_Agua\\_de\\_Sao\\_Paulo\\_5.pdf](http://aguasp.com.br/app/uploads/2014/11/Alianca_pela_Agua_de_Sao_Paulo_5.pdf)>. Acesso em 23 de fevereiro de 2016.
- BECK, Ulrich. **Risk Society: Towards a New Modernity**. SAGE Publications. 1992.
- BENKLER, Yochai. **The Penguin and the Leviathan: how cooperation triumphs over selfinterest**. E-book. Ed. Crown Business. 2011.
- DEWEY, John. **The public and its problems**. Swallow Press, Athens. 1954.
- HENRIQUES, Márcio Simeone. **A constituição de observatórios: possibilidades de influência, supervisão e vigilância da sociedade civil sobre as políticas públicas urbanas**. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.
- HENRIQUES, Márcio Simeone; SILVA, Daniel Reis. Organizaciones privadas bajo vigilancia de los públicos: mecanismos de observación civil y cambios en las condiciones de publicidad. In: MATILLA, Kathy. (Org.). **Casos de Estudio de Relaciones Públicas: Espacios de diálogo e impacto mediático**. 1ed.Barcelona: Oberta UOC Publishing, 2015b.
- HENRIQUES, Márcio Simeone; SILVA, Daniel Reis. Vigilância civil e internet: possibilidades e limitações na disputa por visibilidade e na construção por credibilidade. IN: **Anais do VI Congresso da Compólitica**. Rio de Janeiro, 2015a.
- HENRIQUES, Márcio Simeone; SILVA, Daniel Reis. Vigilância civil sobre as práticas de comunicação das organizações privadas: limites da atuação da imprensa e os desafios do monitoramento pelos públicos. **Revista Animus**, v. 12, n. 24, p. 45-62, 2013.
- HENRIQUES, Márcio Simeone; SILVA, Daniel Reis. Vulnerabilidade dos públicos frente a práticas abusivas de comunicação empregadas por organizações: limitações para o monitoramento civil. **Revista Comunicação e Sociedade**, v. 26, p. 162-190. 2014.
- KEANE, John. **Democracy and media decadence**. Cambridge University Press: Cambridge. 2013.
- LIMA, Leandro Augusto. **Produzir, consumir, colaborar: experiências singulares na prática de crowdfunding**. Dissertação de Mestrado em Comunicação Social. Universidade Federal de Minas Gerais. 2014.
- RELATÓRIO Tá Faltando Água, n.1. **Aliança pela Água**. Publicado em novembro de 2015. Disponível em: <[http://saladecrise.com.br/wp-content/themes/sala-de-crise/resources/Relatorio\\_TaFaltandoAgua\\_Novembro2015.pdf](http://saladecrise.com.br/wp-content/themes/sala-de-crise/resources/Relatorio_TaFaltandoAgua_Novembro2015.pdf)>. Acesso em 23 de fevereiro de 2016.
- ROSANVALLON, Pierre. **Counter-Democracy: Politics in an Age of Distrust**. Cambridge University Press: Cambridge. 2008.
- SANTIAGO, Tatiana. Alckmin admite pela primeira vez que SP passa por racionamento de água. **G1**. Publicado em 14 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/01/alckmin-admite-pela-primeira-vez-que-sp-passa-por-acionamento-de-agua.html>>. Acesso em 23 de fevereiro de 2016.
- SANTIAGO, Tatiana; Paulo Piza. Governo nega racionamento, mas moradores reclamam de falta d'água. **G1**. Publicado em 14 de março de 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/03/governo-nega-acionamento-mas-moradores-reclamam-de-falta-dagua.html>>. Acesso em 23 de fevereiro de 2016.
- SHIRKY, Clay. **Lá vem todo mundo: o poder de organizar sem organizações**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- UNGERLEIGER, Neal. Waze is driving into city hall. **FastCompany**. Publicado em 15 de abril de 2015. Disponível em: < <http://www.fastcompany.com/3045080/waze-is-driving-into-city-hall>>. Acesso em 23 de fevereiro de 2016.
- VIANA, Natalia. Sabesp se nega a publicar contratos de empresas que mais consomem água. **Agência Pública**. Publicado em 20 de janeiro de 2015. Disponível em: < <http://apublica.org/2015/01/sabesp-se-nega-a-publicar-contratos-de-empresas-que-mais-consoem-agua/>>. Acesso em 23 de fevereiro de 2016.